

CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES AO PODER POLÍTICO: O COMO OU AS FORMAS DE CONTRIBUIÇÃO.

Alcides Abreu
PROF. DO CPGD/UFSC

As formas de contribuição das Universidades ao Poder Político são inesgotáveis. O fato simples de que a Universidade expeça para o Ambiente Social pessoas portadoras de conhecimento de nível superior, já tem, em potencial, o germe da transformação desse ambiente e, conseqüentemente, da Política. A despeito, assim, da multiplicidade das formas contributivas da Universidade ao Poder Político, vale, contudo, um esforço para a formulação de proposta de classificação destas formas. Vale também um exercício sobre o *como* a contribuição assume significado. Enfatiza-se o fato de que toda contribuição é bidirecional sempre.

1. CLASSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE AO PODER POLÍTICO.

Para o efeito da classificação das formas de contribuição se elegem quatro critérios: grau de interação, conteúdo, duração e tipo contratual.

CLASSE	CRITÉRIO
Grau de interação	{ Negativa Neutra Positiva
Extensão	{ Abrangente e sistemática Específica e episódica
Duração	{ Permanente Temporária ou ocasional
Tipo de relação jurídica	{ Formal ou contratual Informal

Veja-se o entendimento que se tem de cada uma destas formas de contribuição da Universidade ao Poder Político.

2- CONTRIBUIÇÃO SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA, FORMAL E INFORMAL.

Na contribuição contratual ou formal a Universidade se liga ao Poder Político (um dos agentes) por vínculo expresso, que se escreve segundo as regras que regulam os contratos, em qualquer das modalidades aplicáveis. O objeto do contrato pode ser qualquer um, no campo da competência reconhecida na Universidade pelo parceiro ou pelos parceiros que a elegem como mandatária. Esta modalidade de contribuição é comum no Brasil. Há programas universitários inteiros, tanto no campo do ensino como na pesquisa e desenvolvimento e na difusão do conhecimento e das tecnologias, que surgiram e se mantêm com recursos alocados por órgãos do Poder Político. A universidade é aí prestadora de serviços, atuando em linhas de ação sugeridas de fora, pelos respectivos contratantes. Os resultados a obter são os que se haja definido no pacto que regula a contribuição.

Na relação informal não há solenidade revestindo a contribuição. O Sistema Universitário como um todo, ou parte dele, deduz planos, programas, projetos e atividades da proposta global que o Poder Político haja explicitado ou conduz. Esta relação existe sempre que a Universidade seja responsiva à problemática social. A relação informal pode ser concebida como um *compromisso tácito* da Universidade com a Sociedade e o Poder Político Nacional para a consecução e a manutenção dos Objetivos Nacionais, internamente e externamente considerados. O que entender por compromisso? O dicionário AURÉLIO inclui como uma das acepções do vocábulo: *obrigação ou promessa mais ou menos solene*. Compromisso também pode ser engajamento, comprometimento: - “situação de quem sabe que é solidário com as circunstâncias sociais, históricas e nacionais em que vive, e procura, pois ter consciência das conseqüências morais e sociais de seus princípios e atitudes” (AURÉLIO).

Ninguém, pessoa, grupo, sociedade, se realiza plenamente sem proposta de vida, um *projeto*. O projeto consigna objetivos,

metas. Viver, existir, individualmente ou coletivamente, não é senão cumprir uma estratégia para a consecução dos objetivos e a integralização da proposta ou projeto. À educação é indispensável comprometimento. Não, claro, um compromisso eventualmente deformante dos valores e direitos implícitos na condição humana, mas engajamento voltado exatamente para a concretização desses direitos e valores. O relatório FAURE ⁽¹⁾ fortalece esta colocação, já na apresentação. Sendo completamente livres para produzir o documento, os seus autores assumem, desde o início, quatro postulados que, admitidos, teriam repercussão necessária em qualquer desdobramento concreto do modelo educacional deduzido em *Apprendre à être*. Os postulados são os que a seguir se transcreve ⁽²⁾.

(1º) Existência de uma comunidade internacional que, sob a diversidade das nações e das culturas, das opções políticas e dos graus de desenvolvimento, se exprime pela comunidade das aspirações, dos problemas e das tendências, e pela convergência no rumo de um mesmo destino. Seu corolário é que, além das divergências e dos conflitos transitórios, se situa a solidariedade fundamental dos governantes e dos povos.

(2º) Crença na democracia, concebida como o direito para cada um dos homens de se realizar plenamente e de participar na construção de seu próprio futuro. A chave de uma democracia que assim se conceba é a educação, não apenas amplamente difundida, mas repensada tanto no seu objeto como na sua transmissão.

(3º) O desenvolvimento tem por objeto o desabrochamento completo do homem, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus engajamentos: indivíduo, membro de uma família e de uma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos.

(4º) A educação para formar este homem completo, cujo advento torna-se mais necessário à medida em que constrições sempre mais duras atomizam cada ser, não pode ser senão global e permanente. Não se trata mais de adquirir de modo pontual, conhe-

1. FAURE, Edgar et alii. *Apprendre à être*. Paris. UNESCO – Fayard, 1972.

2. *Id.*, *ib.*, p. XVI.

cimentos definitivos, mas de se preparar para elaborar, ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução e de aprender a ser.

Estes postulados podem e devem balizar a educação em qualquer latitude do planeta, qualquer que seja o nível de desenvolvimento do Estado em consideração.

Necessidade biológica e necessidade social, a educação não é um fenômeno neutro. A Comissão FAURE insiste sobre o fato de que a educação deva ser considerada como um domínio político, em que a importância da ação política é particularmente decisiva. E remarca expressamente que em toda ação educativa se ponha acentuação ⁽³⁾:

- de um lado sobre uma concepção comum que se qualificaria como *humanismo científico*. Ou seja, uma concepção *humanística*, que coloque no centro de suas preocupações o homem e sua plenitude de ser, concebido como uma finalidade; uma concepção *científica* que defina o conteúdo do humanismo e o enriqueça ainda por tudo quanto a ciência continui a prover de novidade no domínio dos conhecimentos sobre o homem e sobre o mundo;

- de outro lado sobre a *tecnologia*, isto é, a aplicação sistemática da ciência e do conhecimento organizado a tarefas práticas e concretas, que permitam ao homem não somente melhor compreensão dos processos objetivos que o cercam, mas sobretudo de melhor assegurar a eficácia de sua ação global.

A educação é um subsistema da Sociedade e por isso tanto lhe reflete os componentes expressivos (valores), como pode, evidentemente, alterá-los, reforçá-los e engendrar novos.

O Relatório FAURE, ao qual se retorna, é conclusivo em afirmar:

“A correlação entre as contradições dos sistemas sociais e a impotência relativa dos sistemas educativos é uma evidência. Existem laços estreitos entre os grandes objetivos que as sociedades elegem e os fins assinados à educação. É manifesto que o círculo vicioso do subdesenvolvimento econômico e da desigualdade do

3. Id., ib., p. XXX (o grifo é do original).

desenvolvimento educativo não pode ser rompido senão pelo combate simultâneo a um e outro. Disso emergem estas duas conclusões:

- Hoje mais do que ontem, toda reforma educativa deve ser centrada sobre os objetivos do desenvolvimento tanto social quanto econômico.

- O desenvolvimento da sociedade não pode mais se conceber sem renovação da educação. E isto em todas as sociedades, qualquer que seja o tipo, qualquer que seja a doutrina a que se alinhem, e qualquer que seja o modo pelo qual olhem seu destino: numa perspectiva revolucionária”.⁽⁴⁾

A relação de compromisso é densamente gratificante: transfere à instituição que o honra a permanente sensação de utilidade, a procura constante de qualificação das respostas, o encontro sempre de inesperados meios de melhorar desempenhos. Renovando-se a Universidade para convergir energia e informação sobre o Poder Político, identificará aí o roteiro para a fidelidade ao princípio da sua criação: a compreensão crescentemente melhor do Mundo para a transformação crescentemente mais fecunda do Homem.

3- Contribuição segundo a duração, permanente e temporária.

Diz-se permanente a contribuição da Universidade marcada pela disponibilidade contínua no tempo, sem hiatos nem interrupções. A Universidade alinha continuamente o desempenho aos fluxos informacionais que procedem do ambiente interno e externo do Poder Político e deles deduz as políticas e as estratégias que balizam as atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento, difusão e extensão, havidas sempre como inovadoras e não meramente reprodutivas. Esta forma de contribuição é inerente à relação informal Universidade- Poder Político.

A contribuição é temporária quando a Universidade aplica a totalidade ou parcela da sua competência reconhecida, durante tempo determinado, a benefício do Poder Político, segundo crité-

4. Id., Ib., p. 70.

rios acordados ou não, entre as partes. A temporariedade pode ser relativa a reforço, em áreas especiais, da produção universitária, no interesse do Poder Político. Normalmente esta forma de contribuição cai na relação formal.

4- Contribuição segundo a extensão, abrangente e sistemática, específica e episódica.

Em lógica, a extensão reduz a compreensão do conceito. A abrangência da contribuição da Universidade sendo ampla pode resultar em diminuição da efetividade. De todo modo, a contribuição abrangente é aquela em que o espaço coberto pela Universidade coincide com o espaço do interesse do Poder Político em ter e receber contribuição. Salvo competência muito expressiva em todas as áreas do conhecimento, a contribuição abrangente da Universidade tende a ser diluída ou tênue. Desde que a contribuição abrangente se ordene para ser imediatamente reflexiva das demandas do Poder Político, dir-se-á que é também sistemática. Quando a Universidade faz coincidir a contribuição com a sua área de excelência na produção e reprodução da ciência, e a isso se limita, tem-se a contribuição específica. É episódica quando oriente o seu concurso a períodos de tempo determinados.

5- Contribuição segundo o grau de interação negativa, neutra, Positiva.

O espaço político é realmente abrangente da totalidade da Sociedade Global, no sentido do *Poder*. O espaço acadêmico é potencialmente abrangente da totalidade da problemática da Sociedade Global, no sentido do *Saber*. O Ambiente Total da Política coincide, então, com o Ambiente Total da *Ciência*.

O Ambiente pode ser concebido como o somatório de n variáveis, de natureza e características diversas (positivas, negativas ou neutras), internas ou externas (consoante se situem no ambiente interno ou externo da pessoa ou entidades ou instituições ou Poder considerados), que influenciam, em diferentes níveis temporais (passado, curto, médio e longo prazos), ou podem ser afetadas pelo desempenho de entidade ou pessoa.

Para dominar' o Ambiente, nele inserir-se, obter 'lucro' desta interação, influenciar o ambiente, mudá-lo, é preciso conhecer o Ambiente.

O sucesso de qualquer formulação e da implementação de qualquer medida é grandemente condicionado pelas “reações” ambientais.

Para conhecer o ambiente é indispensável analisá-lo.

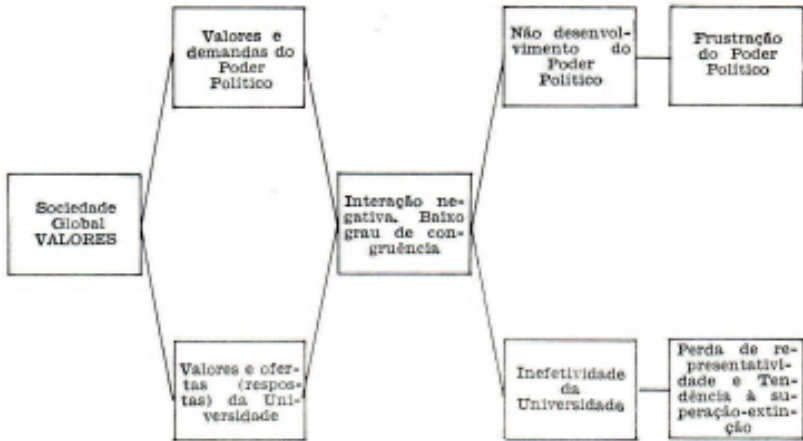
A Análise Ambiental se concebe como um processo que objetiva:

- mapear,
- classificar,
- analisar

as variáveis ambientais que povoam o *Ambiente Total* do Homem, da Organização, ou da Instituição ou do Poder. As variáveis ambientais não têm todas o mesmo grau de relevância: algumas são mais significativas para o alcance dos resultados pretendidos, e, por isso estariam a merecer ênfase especial no conhecimento e no tratamento. Pode-se adotar três graus de relevância nas variáveis ambientais: elevado, médio e reduzido. O peso' reconhecido em determinada variável comandará o 'peso' da atuação sobre ela. A capacidade para perceber mudanças em valores ambientais desejáveis e transformá-los em objetivos relevantes é que determina o sucesso de qualquer iniciativa, de Governo, de Empresa, de Partido, ou de Universidade ou de Poder Político. O desafio principal que se apresentará à Universidade é o de ter atenção e flexibilidade para reagir à ambiência externa. Os preconceitos pessoais imbricados na estrutura das personalidades que lideram a Universidade, a própria cultura universitária (ambiência interna) podem levar a Universidade a definir seus objetivos e sua missão político-cultural a partir de valores particularistas de subsistemas internos, tornando-a desse modo insensível às demandas e valores externos.

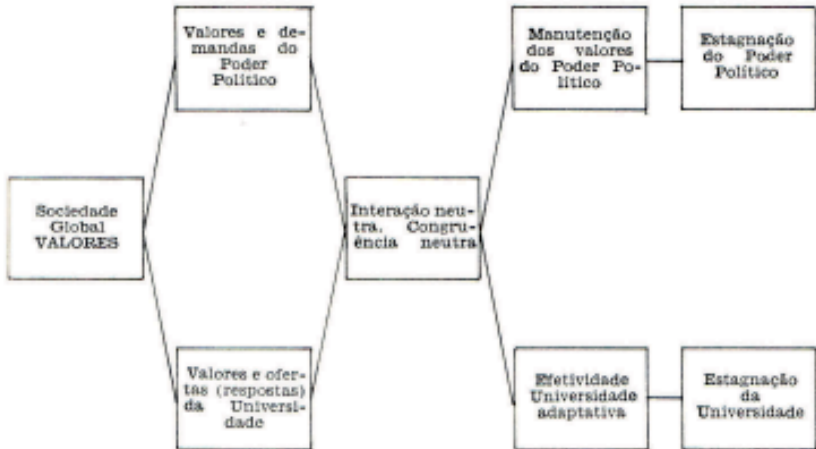
Impõe-se, por isso, à Universidade no exercício de suas atividades de contribuição ao Poder Político, buscar a *adaptação, a consonância ou congruência* entre os respectivos valores e os da Sociedade Global, nos desempenhos de interação, para a qualificação e o reforço desses valores. A interação Universidade -Poder Político pode assumir três formas: negativa, neutra e positiva.

Diz-se *negativa* a interação não-reagente, não-adaptativa, não-inovativa da Universidade ao ambiente e particularmente às demandas do Poder Político. A Universidade é insensível ao que vem do exterior: é como se fosse um sistema fechado que se recusa a receber e processar mensagens para produzir as *saidas* correspondentes às *entradas*. A figura a seguir visualiza o fenômeno. Valores e demandas do Poder Político não se afinam com os valores e as



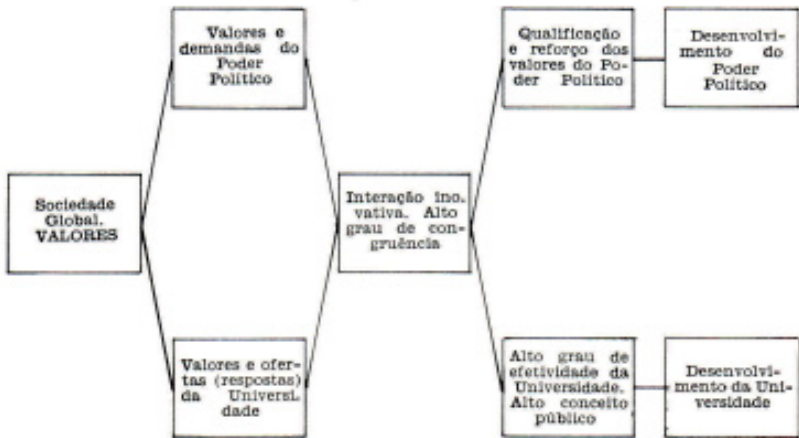
ofertas da Universidade, pela incapacidade ou insensibilidade desta em captá-los e transformá-los em móvel da ação. A interação assim negativa tem dupla consequência: do lado do Poder Político a não qualificação demandada aos elementos que o constituem, descamba para a frustração e para o desprestígio da Universidade perante ele; do lado da Universidade se lhe deve reconhecer a inefetividade (medida de impacto ou deseabilidade social dos produtos supridos à Sociedade pela Universidade) e as consequências que, no curto prazo se traduzem pela perda do respeito e representatividade e no médio-longo prazo, pela superação (obsolescência) e até a extinção.

Interação neutra é a que se caracteriza pelo comportamento reagente e adaptativo do sistema ao ambiente. No caso deste estudo haverá a Universidade como sensível aos valores e demandas do Poder Político. O grau de interação é, porém, apenas suficiente para a *reprodução* dos valores, excluindo-se os exercícios que importariam em inovação, transformação e mudança qualitativa. A figura expressa o fenômeno.



A interação Universidade-Poder Político resulta na manutenção dos valores e na estagnação do Poder Político; do lado da Universidade tem-se que a efetividade é apenas suficiente para assegurar a estagnação também da Universidade, no longo prazo. A Universidade adaptativa sobrevive, tão só.

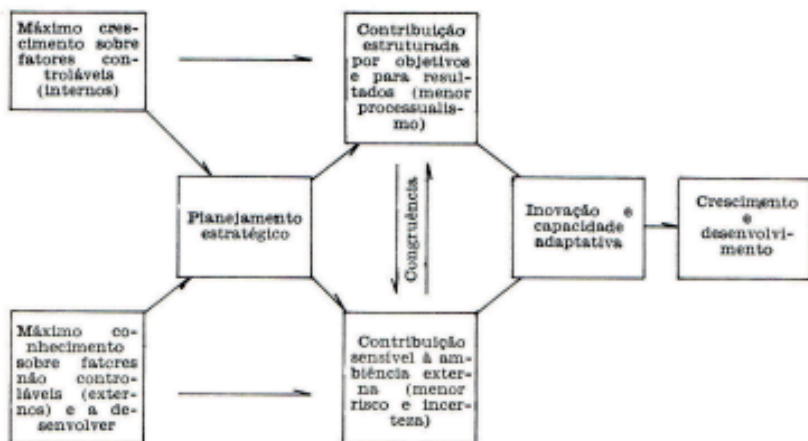
A *interação positiva* mostrada pela figura abaixo tem a carga da inovação e portanto da mudança qualitativa: a Universidade é a um tempo reagente, adaptativa e inovativa em relação ao ambiente e aos valores e demandas específicas do Poder Político. A congruência Universidade- Poder Político ocorre em alto grau.



A consequência é a qualificação e o reforço dos valores do Poder Político e o desenvolvimento dele, com repercussões transformadoras (elevação de patamar) na Sociedade. A Universidade se afirma, repercute na Sociedade, ganha-lhe respeito, cresce e se desenvolve.

Um modo de garantir a interação inovativa e alto grau de congruência entre a Universidade e o Poder Político é o *planejamento estratégico*, desenhado segundo a figura à página seguinte.

O planejamento estratégico tem por escopo estabelecer o sentido de direção politicamente relevante e oportuno, através não apenas do máximo conhecimento dos fatores controláveis (internos), como igualmente do conhecimento também em grau máximo dos fatores externos não controláveis e a desenvolver e qualificar. Este conhecimento permite à Universidade compor-se, na ação, para objetivos e para resultados: aquilo que o ambiente (Poder Político particularmente) exprime como desejável passa a se cons-



tituir na razão de ser e no móvel da atividade da instituição universitária. O conhecimento do ambiente reduz, ademais, o risco e a incerteza nas decisões. Poder Político e Universidade crescem e se desenvolvem à medida em que propõem e têm, respectivamente, demandas e respostas adequadas e oportunas. Crescimento e desenvolvimento são processos lastreados na mudança engendrada pela inovação. São também processos de adaptação às novas circunstâncias e à sempre renovada ambiência. O planejamento estratégico mobiliza a Universidade para a sobrevivência, a expansão e a qualificação crescente. E, por isso, reduz a taxa de entropia que é conducente à estabilidade excessiva, à manutenção do *status quo* e até a contração do ambiente, como meio de autopreservação.